

Despesas elevadas e desoneração de impostos põem em risco cumprimento da meta de superávit primário no próximo ano. Apesar do mau desempenho das estatais, resultado em 2006 está garantido

Contas preocupantes

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Enquanto o governo trabalha na elaboração de um pacote fiscal para alavancar o crescimento econômico, os economistas estão preocupados em saber se as medidas serão coerentes com a meta de superávit primário (receita menos despesa, excluindo pagamento de juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano. O elevado patamar dos gastos associado à desoneração de impostos coloca em risco a meta para 2007, essencial para que a dívida pública brasileira de R\$ 1,042 trilhão (49,5% do PIB) não entre em uma trajetória explosiva. Por isso, cortes nas despesas são inevitáveis. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, ontem, mais uma vez com a equipe econômica para tratar do assunto. O encontro definitivo ficou para a próxima semana já que o presidente Lula viaja hoje à noite para a Nigéria.

Ontem, o Banco Central divulgou que, em outubro, a economia para pagamentos de juros chegou a R\$ 10,466 bilhões — o melhor número para o mês desde 1991. O resultado foi sustentado por um forte ajuste nas contas dos governo central, que inclui as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central (R\$ 7,767 bilhões), estados (R\$ 2,535 bilhões) e municípios (R\$ 566 milhões) e só não foi melhor porque as empresas estatais federais registraram um saldo negativo de R\$ 715 milhões. “Mesmo em um ano de eleições, os estados conseguiram um resultado significativo”, disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes.

A meta das estatais federais é de uma economia correspondente a 0,83% do PIB. Por enquanto, fez apenas 0,53%. “Isso não arrisca o cumprimento da meta de superávit primário pa-

ra o ano”, frisa Lopes. O economista da consultoria Tendências, Guilherme Loureiro, resalta, no entanto, que a situação das estatais preocupa pois exige uma economia maior dos estados e municípios. Por outro lado, os resultados de outubro mostram que a meta de superávit primário será cumprida e poderá fechar o ano por volta de 4,3% do PIB, mesmo com a perspectiva de déficit em de-

zembro por conta de pagamento da segunda parcela do 13º salário para os aposentados.

Economia insuficiente

Segundo números do BC, no acumulado de 12 meses, encerrados em outubro, o país economizou R\$ 89,442 bilhões, ou seja, 4,34% do PIB, insuficiente para cobrir os gastos com juros de R\$ 158,566 bilhões (7,69% do PIB — o maior patamar desde maio de 2005),

quando essa despesa representava 7,68% do PIB. Em setembro, o superávit primário representou 4,28% do PIB. “Mas para 2007 continua o risco do furacão”, afirma o economista do Unibanco, Alexandre Cancherini. Para ele, o governo precisa esclarecer quais despesas serão cortadas para fazer frente, por exemplo, a desoneração de impostos, que deve custar R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. Sem essa defini-

ção, dificilmente o esforço fiscal necessário para pagamento de juros será atingido em 2007. “É complicado fazer corte de tributo se não existe racionalização dos gastos”, afirma.

Loureiro, da Tendências, acredita que o cumprimento da meta de 4,25% do PIB em 2007 é sustentável, mas não por um período longo. O cenário mais pessimista do analista, que não inclui a realização de reformas para

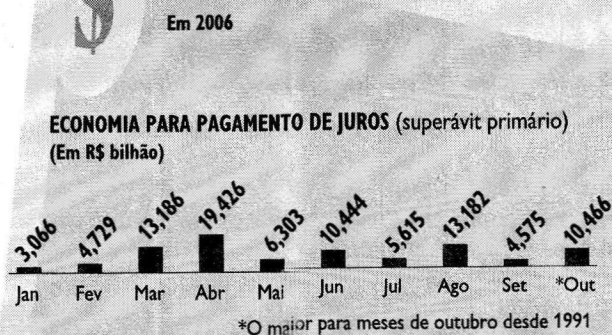
cutte de gastos, aponta a manutenção de 4,25% do PIB até o final de 2009. Somente a partir daí, o número cederia para 4%, depois para 3,75%, atingindo 3,5% em 2015. Considerando esses parâmetros, a relação dívida/PIB atingiria 30% em 2015. “Mas nesse cenário não há espaço para investimento e nem para redução da carga tributária. Além disso, o crescimento econômico não passaria de 3,5%”, destaca o economista para enfatizar a necessidade de adoção de reformas como tributária e previdenciária. Para ele, não há como diminuir o superávit primário devido ao elevado patamar de taxas de juros existente no país.

A economista do ABN Amro Bank, Tatiana Pinheiro, não trabalha com a hipótese de descumprimento da meta de superávit primário no próximo ano. Isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que não pode haver aumento de despesa sem a contrapartida da receita. A economia para pagamento de juros ficará muito próxima da meta em 2007. “O superávit primário vai ser muito justo. Não vai ocorrer em 2007 uma redução tão forte da Selic como neste ano e a inflação também deve ficar um pouco acima. O risco de descumprir a meta de superávit em 2007 é muito baixo”, conta a analista.

Ela reforça que o governo federal terá que mostrar onde vai cortar gastos para viabilizar a desoneração de impostos, anunciada na semana passada. “Temos uma estrutura institucional que garante a operacionalidade do superávit primário. O que existe hoje é a expectativa com relação ao que vai ser feito do lado da despesa”, disse Tatiana. Já a economista-chefe do Banco Fibra, Maristella Ansanelli, explica que o aumento dos investimentos por parte do governo deve ser feito com base na redução dos gastos e não de diminuição do superávit primário. “Os 4,25% do PIB não são sustentáveis no longo prazo.”

LIGEIRA MELHORA

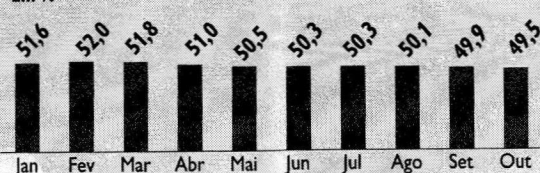
Economia para pagamento de juros leva relação dívida/PIB para baixo de 50%, o que não ocorria desde fevereiro de 2001. Dívida total passa de R\$ 1 trilhão



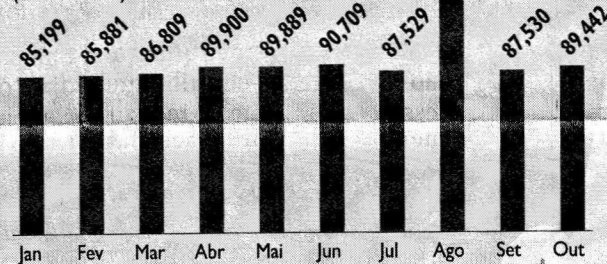
DESPESAS COM JUROS



ENDIVIDAMENTO ESTÁVEL



SUPERÁVIT PRIMÁRIO ACUMULADO EM 12 MESES



Fonte: Banco Central